

Quarta-Feira, 09 de Setembro de 2026

Caiado nega ter praticado qualquer crime e diz confiar na Justiça: 'Respeito a decisão'

ABUSO DE PODER ECONÔMICO

Terra

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União) negou ter praticado qualquer crime. O comentário foi feito durante uma coletiva de imprensa na tarde desta quarta-feira, 11. Ele foi condenado pela Justiça Eleitoral de Goiás por abuso de poder político e cassou o registro do prefeito eleito de Goiânia, Sandro Mabel (União). A decisão determinou que eles fiquem inelegíveis por oitos anos. Cabe recurso.

“Eu sempre pautei a minha vida política no cumprimento das normas legais e jamais pratiquei um ilícito moral ou eleitoral que possa desabonar a minha trajetória de vida”, afirmou o governador.

Ao lado do vice-governador, Daniel Vilela, ele começou afirmando que a reunião apontada pela justiça era “institucional” e para tratar da situação da saúde em Goiânia, capital do estado.

“Ao fato que está sendo colocado, vocês sabem muito bem o que está acontecendo hoje em Goiânia. Já estava acontecendo há mais de seis meses, uma realidade que ninguém aqui desconhece. Tanto que a área da saúde está em situação de intervenção, ou seja, colapso total. E neste momento, eu reuni vereadores em uma reunião de poder, eu como governador. Vereadores eleitos e suplentes para tratar de um assunto que era extremamente delicado naquele momento”, explicou Caiado.

Ele ressaltou que a reunião existiu, mas que não foi com o “intuito de fazer campanha eleitoral”, mas de tratar da situação do estado. “Podem ter certeza aqui de que foi uma reunião fechada e que o motivo maior era exatamente a preocupação que nós tínhamos com o quadro da saúde. Não só da saúde, do lixo, com o processo de dengue, a falta de pagamento das estruturas hospitalares conveniadas em toda a capital”, pontuou.

Em seguida, Caiado afirmou que o que foi feito não tem nenhuma ilegalidade, mas que não cabe a ele ficar discutindo uma decisão judicial e que será feito apenas no “ambiente correto”, no Tribunal Regional Eleitoral de Goiânia, e que a defesa dele já apresentou recurso.

Ele comparou o ocorrido com outras situações envolvendo políticos, como Dilma Rousseff e Lula. “A então presidente Dilma Rousseff, em 2014, recorreu de uma decisão após usar o Palácio da Alvorada. O ministro Dias Toffoli deu o seguinte parecer: ‘Se a própria utilização da residência oficial no período de campanha, que é próximo das eleições, é lícito, quanto mais em período pretérito. Não vejo aqui qualquer ilicitude’, lembrou.

“Mas nós vamos depois para 2022, no segundo turno vocês sabem que eu apoiei o presidente Bolsonaro e lá estive, no Palácio da Alvorada, com mais 80 prefeitos e nós lá fomos levar apoio para o segundo turno e,

também, almoçamos lá. Vocês estão vendo agora, em 2024, o Lula gravando todas as matérias pedindo voto para o Boulos dentro do Palácio da Alvorada”, pontuou Caiado.

Ele apontou ainda que não se pode ter “dois pesos e duas medidas” e que aquela era a casa dele. “Eu não estava fazendo reunião e a minha reunião tinha o intuito de alertar para a situação de vereadores eleitos em poderes constituídos, eu como governador de Estado e a Câmara de Vereadores eleita da capital, tanto a que estava com o mandato como a que estaria em um mandato futuro. Então, não sou eu. Eu respeitarei a decisão do Tribunal Regional Eleitoral, aceito com muita tranquilidade”, ressaltou.

Candidatura à presidência

Ainda durante a coletiva, Caiado afirmou que pretende lançar oficialmente a sua pré-candidatura à presidência da república no início do ano que vem.

“A partir de maio, março, depois do Carnaval, eu estarei exatamente lançando a minha candidatura pela União Brasil à presidente da República e tenho participado de vários eventos nacionais também”, pontuou.